

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.000
Preferenciais	0
Total	203.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	563.414	500.329
1.01	Ativo Circulante	34.300	27.838
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.259	14.194
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.761	2.199
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.761	2.199
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	2.761	2.199
1.01.03	Contas a Receber	10.161	10.400
1.01.03.01	Clientes	10.161	10.400
1.01.06	Tributos a Recuperar	180	203
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.491	736
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	448	106
1.01.08.03	Outros	448	106
1.01.08.03.01	Outros Créditos	448	106
1.02	Ativo Não Circulante	529.114	472.491
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.509	19.185
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.736	6.643
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	8.736	6.643
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.248	12.105
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.248	12.105
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	525	437
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	525	437
1.02.03	Imobilizado	20.512	24.787
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.512	24.787
1.02.04	Intangível	489.093	428.519
1.02.04.01	Intangíveis	489.093	428.519

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	563.414	500.329
2.01	Passivo Circulante	40.286	86.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.426	4.378
2.01.02	Fornecedores	8.193	9.333
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.851	2.378
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.851	2.378
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.851	2.378
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.576	65.170
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.576	65.170
2.01.05	Outras Obrigações	10.392	4.936
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.291	3.195
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.939	490
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.352	2.705
2.01.05.02	Outros	2.101	1.741
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	518	496
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.583	1.245
2.01.06	Provisões	848	670
2.01.06.02	Outras Provisões	848	670
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	848	670
2.02	Passivo Não Circulante	312.321	259.587
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	284.649	241.801
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	259.159	241.801
2.02.01.02	Debêntures	25.490	0
2.02.02	Outras Obrigações	5.651	5.528
2.02.02.02	Outros	5.651	5.528
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	5.651	5.528
2.02.04	Provisões	22.021	12.258
2.02.04.02	Outras Provisões	22.021	12.258
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	21.257	11.863
2.02.04.02.05	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	764	395
2.03	Patrimônio Líquido	210.807	153.877
2.03.01	Capital Social Realizado	203.000	160.000
2.03.02	Reservas de Capital	564	527
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	564	527
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.243	-6.650

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	71.114	197.914	73.499	183.625
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.242	-152.706	-57.438	-139.772
3.03	Resultado Bruto	17.872	45.208	16.061	43.853
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.207	-5.936	-2.288	-6.245
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.207	-5.935	-2.288	-6.245
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.665	39.272	13.773	37.608
3.06	Resultado Financeiro	-5.443	-18.150	-8.513	-17.429
3.06.01	Receitas Financeiras	-4.690	10.352	2.673	19.848
3.06.02	Despesas Financeiras	-753	-28.502	-11.186	-37.277
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.222	21.122	5.260	20.179
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.505	-7.229	-1.828	-7.000
3.08.01	Corrente	-2.551	-5.372	-1.639	-5.960
3.08.02	Diferido	-954	-1.857	-189	-1.040
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.717	13.893	3.432	13.179
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.717	13.893	3.432	13.179
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03491	0,07736	0,02290	0,08786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	6.717	13.893	3.432	13.179
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.717	13.893	3.432	13.179

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.661	51.019
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	68.931	57.219
6.01.01.01	Lucro líquido	13.893	13.179
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	16.039	12.423
6.01.01.03	Baixa do ativo intangível	219	120
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	26.311	15.726
6.01.01.05	Constituição de provisão para manutenção	8.159	3.109
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para manutenção	1.235	869
6.01.01.07	Plano de opção com base em ações	37	68
6.01.01.08	Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	319	267
6.01.01.09	Tributos diferidos	1.857	1.040
6.01.01.10	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-21	-33
6.01.01.11	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-783	0
6.01.01.12	Atualização monetária provisão para perdas cíveis e trabalhistas	54	103
6.01.01.13	Variação Monetária das Obrigações com Poder Concedente	4.568	4.279
6.01.01.14	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	5.372	5.960
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	108	11
6.01.01.16	Juros capitalizados	-8.436	0
6.01.01.17	Provisão para credores de liquidação duvidosa	0	98
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.270	-6.200
6.01.02.01	Clientes	239	-148
6.01.02.02	Tributos a recuperar	23	269
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-755	-167
6.01.02.04	Outros créditos	-342	94
6.01.02.05	Pagamentos dos depósitos judiciais	-175	-114
6.01.02.06	Fornecedores	-1.140	5.465
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	48	566
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	473	-576
6.01.02.09	Partes relacionadas	5.096	-2.322
6.01.02.10	Outras contas a pagar	461	911
6.01.02.11	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-4	-70
6.01.02.12	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-5.194	-5.635
6.01.02.13	Títulos e Valores mobiliários	0	-4.473
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.121	-62.463
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-718	-346
6.02.02	Aquisição de intangível	-63.403	-62.117
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.525	-28.421
6.03.01	Aumento de capital	43.000	0
6.03.02	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-4.546	-4.236
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	50.221	253.037
6.03.04	Juros pagos	-20.005	-20.543
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-65.273	-256.679
6.03.06	Títulos e valores mobiliários	-1.872	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.065	-39.865

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.194	68.057
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.259	28.192

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	160.000	527	0	-6.650	0	153.877
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	160.000	527	0	-6.650	0	153.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.000	37	0	0	0	43.037
5.04.01	Aumentos de Capital	43.000	0	0	0	0	43.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	37	0	0	0	37
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.893	0	13.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.893	0	13.893
5.07	Saldos Finais	203.000	564	0	7.243	0	210.807

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	68	0	0	0	68
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	68	0	0	0	68
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.179	0	13.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.179	0	13.179
5.07	Saldos Finais	150.000	512	0	-11.237	0	139.275

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	210.471	195.064
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	145.181	133.150
7.01.02	Outras Receitas	2.683	2.563
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	62.607	59.351
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-122.386	-112.661
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-119.172	-109.804
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.214	-2.857
7.03	Valor Adicionado Bruto	88.085	82.403
7.04	Retenções	-16.039	-12.423
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.039	-12.423
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	72.046	69.980
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.352	19.848
7.06.02	Receitas Financeiras	10.352	19.848
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	82.398	89.828
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	82.398	89.828
7.08.01	Pessoal	17.783	18.418
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.087	14.003
7.08.01.02	Benefícios	3.851	3.576
7.08.01.03	F.G.T.S.	845	839
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.786	18.438
7.08.02.01	Federais	12.626	11.952
7.08.02.03	Municipais	7.160	6.486
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.936	39.793
7.08.03.01	Juros	20.711	21.379
7.08.03.02	Aluguéis	2.434	2.515
7.08.03.03	Outras	7.791	15.899
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.893	13.179
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.893	13.179

Comentário do Desempenho

ECO101 anuncia resultados do 3T17

Serra, 09 de novembro de 2017 – A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro 2017 (3T17) e aos primeiros nove meses de 2017 (9M17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016 (3T16) e aos primeiros nove meses de 2016 (9M16). Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- ✓ O volume de tráfego atingiu 11.576 mil veículos equivalentes pagantes no 3T17.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$24,0 milhões no 3T17 (+25,8%) e R\$63,5 milhões no 9M17 (+19,4%). A margem EBITDA pró-forma atingiu 49,8% no 3T17 (+5,4 p.p.) e 46,9% no 9M17 (+4,1 p.p.)
- ✓ A receita líquida atingiu R\$71,1 milhões no 3T17 (-3,2%) e R\$197,9 milhões no 9M17 (+7,8%).

Destaques (em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Volume de tráfego	11.576	11.512	0,6%	34.333	34.546	-0,6%
Tarifa Média ¹	4,45	4,01	11,1%	4,23	3,85	9,7%
Receita líquida	71,1	73,5	-3,2%	197,9	183,6	7,8%
Lucro do período	6,7	3,4	95,7%	13,9	13,2	5,4%
EBITDA Pró-forma ²	24,0	19,1	25,8%	63,5	53,1	19,4%
Margem EBITDA Pró-forma ³	49,8%	44,4%	5,4 p.p.	46,9%	42,8%	4,1 p.p.
Capex	26,2	32,8	-20,1%	72,6	62,5	16,1%

¹ em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² em reais

³ exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que inclui os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia acessa cinco importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o do Açú (ainda em construção), no Rio de Janeiro, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia possui acesso ainda às principais praias capixabas, como as Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Leves	3.741	3.780	-1,0%	11.679	11.892	-1,8%
Pesados	7.835	7.731	1,3%	22.654	22.654	0,0%
Total	11.576	11.512	0,6%	34.333	34.546	-0,6%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.576 mil no 3T17 e 11.512 mil no 3T16, aumento de 0,6%.

- ✓ **Veículos Leves** – redução de 1,0% em função do elevado volume de chuvas nos finais de semana.
- ✓ **Veículos Pesados** – crescimento de 1,3% influenciada pela retomada do fluxo de veículos na região.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Eco101	4,45	4,01	11,1%	4,23	3,85	9,7%

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 11,1% no 3T17, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifário. Em maio de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Companhia em 10,8%, sendo 4,6% devido a aplicação do IPCA, 4,3% a reversão do fator “D” e o restante ao reequilíbrio da Lei dos Caminhoneiros e revisões ordinárias e extraordinárias.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$75,6 milhões no 3T17, queda de 2,4%, devido, principalmente, pela receita de construção, em função do menor nível de obras contratuais.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Receitas de Pedágio	51,5	46,1	11,8%	145,2	133,2	9,0%
Receitas Acessórias	1,2	0,9	32,3%	2,7	2,6	4,7%
Receita de Construção	22,9	30,5	-25,0%	62,6	59,4	5,5%
Total	75,6	77,4	-2,4%	210,5	195,1	7,9%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 3T17 reduziram 7,2% e totalizaram R\$55,4 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$24,2 milhões, um aumento de 1,2% em relação ao 3T16.

Comentário do Desempenho

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Pessoal	6,0	6,1	-1,6%	17,8	18,4	-3,4%
Conservação e manutenção	3,2	3,8	-16,3%	10,0	11,7	-14,1%
Serviços de terceiros	9,7	9,2	5,5%	28,8	26,7	7,8%
Seguros, poder concedente e locações	3,1	3,0	2,8%	8,9	8,5	4,0%
Outros	2,2	1,8	23,1%	6,4	5,8	9,4%
Custos caixa	24,2	23,9	1,2%	71,8	71,1	1,0%
Depreciação e amortização	5,6	4,3	31,5%	16,0	12,4	29,1%
Provisão manutenção ICPC 01	2,7	1,0	162,2%	8,2	3,1	162,3%
Custo de construção de obras ICPC 01	22,9	30,5	-25,0%	62,6	59,4	5,5%
TOTAL	55,4	59,7	-7,2%	158,6	146,0	8,6%

- ✓ **Conservação e manutenção:** R\$3,2 milhões no 3T17, redução de 16,3% nas despesas com conservação e revestimento vegetal.
- ✓ **Outros:** R\$2,2 milhões no 3T17 aumento de 23,1%, referente a aumento nas despesas com materiais elétricos, contingências e energia elétrica.
- ✓ **Depreciação e amortização:** R\$5,6 milhões no 3T17, 31,5% superior ao 3T16, devido a maior base de ativos da Companhia.
- ✓ **Provisão para manutenção:** R\$2,7 milhões no 3T17, aumento de R\$1,7 milhões à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento;

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$24,0 milhões no 3T17, com margem de 49,8% (+5,4 p.p.). O EBITDA, no 3T17, foi de R\$21,3 milhões (margem EBITDA 30,0%).

EBITDA	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
(em milhões de R\$)						
Lucro líquido	6,7	3,4	95,7%	13,9	13,2	5,4%
Imposto de renda e contribuição social	3,5	1,8	91,7%	7,2	7,0	3,3%
Resultado Financeiro	5,4	8,5	-36,1%	18,1	17,4	4,1%
Depreciação e amortização	5,6	4,3	31,5%	16,0	12,4	29,1%
EBITDA ¹	21,3	18,1	17,9%	55,3	50,0	10,6%
Margem EBITDA ¹	30,0%	24,6%	5,4 p.p.	27,9%	27,2%	0,7 p.p.
Provisão para manutenção ²	2,7	1,0	162,2%	8,2	3,1	162,3%
EBITDA Pró-Forma ³	24,0	19,1	25,8%	63,5	53,1	19,4%
Margem EBITDA Pró-Forma ³	49,8%	44,4%	5,4 p.p.	46,9%	42,8%	4,1 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T17 foi negativo em R\$5,4 milhões, redução de 36,1%.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Juros sobre Financiamentos	(6,8)	(8,6)	-21,0%	(20,0)	(21,4)	-6,3%
Varição Monetária s/ Empréstimos e Financiamentos, líquida	(0,9)	(0,8)	18,1%	(5,5)	5,7	-198,2%
Juros sobre Debêntures	(0,7)	-	n.m	(0,7)	-	n.m
Juros Capitalizados	2,9	-	n.m	8,4	-	n.m
Receitas de Aplicações Financeiras	0,8	1,3	-39,5%	1,9	5,0	-62,4%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(0,4)	(0,3)	42,1%	(1,2)	(0,9)	42,1%
Outros Efeitos Financeiros	(0,4)	(0,2)	79,7%	(1,0)	(5,8)	-83,4%
TOTAL	(5,4)	(8,5)	-36,1%	(18,2)	(17,4)	4,1%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$6,7 milhões no 3T17, crescimento de 95,7% em relação ao 3T16.

ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou setembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$30,8 milhões. O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$298,7 milhões em 30 de setembro de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente), foi de R\$267,5, redução de 5,8% quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2017	31/12/2016	Var.
Curto Prazo	13,6	65,2	-79,2%
Empréstimos e Financiamentos	13,6	65,2	-79,2%
Longo Prazo	284,6	241,8	17,7%
Empréstimos e Financiamentos	259,2	241,8	7,2%
Debêntures	25,5	-	n.m.
Endividamento Financeiro Bruto¹	298,2	307,0	-2,8%
Obrigações com Poder Concedente	0,5	0,5	4,4%
Endividamento Bruto	298,7	307,5	-2,8%
Caixa e equivalentes de caixa	30,8	23,0	33,5%
Dívida Líquida	268,0	284,4	-5,8%
Endividamento Financeiro Líquido¹	267,5	283,9	-5,8%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela Eco101 totalizou R\$26,2 milhões no 3T17. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhares de R\$)	3T17			9M17		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Eco101	26,2	-	26,2	72,6	-	72,6

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$124,1 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão dessas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Tribuna do Espírito Santo e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	3.581	4.197
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	15.540	9.172
Aplicações compromissadas (b)	-	730
Aplicações automáticas (c)	138	95
	19.259	14.194

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 30 de setembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 24,4% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 55,5% em Operações Compromissadas, 3,0% em Letra Financeira (LF), 17,1% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (Em 31 de dezembro de 2016 era 100,7%).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas foram remuneradas à taxa média ponderada de 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não possui valores aplicados nesta modalidade.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo de Investimentos (a)	11.497	8.113
Conta corrente (b)	-	729
	11.497	8.842
Circulante	2.761	2.199
Não circulante	8.736	6.643

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,8% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.
- (b) Valores classificados como títulos e valores mobiliários – por estarem vinculados ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

Notas Explicativas

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico	10.143	10.398
Receitas acessórias	-	1
Outras contas a receber	18	1
	<u>10.161</u>	<u>10.400</u>

Não existem títulos vencidos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo no início do período	437	270
Adições	175	114
Baixas	(108)	(11)
Atualização monetária	21	33
Saldo no fim do período	<u>525</u>	<u>406</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual
		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 30/09/2016		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 30/09/2016		
		Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências	
Hardwares	20,1	27.937	-	28.085	(9.718)	(4.235)	-	(13.953)	14.132	18.219
Máquinas e equipamentos	5,6	9.837	-	9.914	(397)	(417)	-	(814)	9.100	9.440
Móveis e utensílios	11,1	2.147	(355)	1.913	(433)	(155)	154	(434)	1.479	1.714
Terrenos	-	968	-	968	-	-	-	-	968	968
Outros	18,1	1.146	-	1.146	(257)	(156)	-	(413)	733	889
		42.035	(355)	42.026	(10.805)	(4.993)	154	(15.614)	26.412	31.230

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual
		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 30/09/2017		Saldos em 31/12/2016		
		Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências	
Hardwares	20,0	28.102	586	28687	(15.370)	(4.270)	(19.639)	9.048	12.732	
Máquinas e equipamentos	5,6	9.916	62	9.978	(954)	(421)	(1.375)	8.603	8.962	
Móveis e utensílios	9,9	1.923	70	1.993	(483)	(146)	(629)	1.364	1.440	
Terrenos	-	968	-	968	-	-	-	968	968	
Outros	18,1	1.147	-	1.147	(462)	(156)	(618)	529	685	
		42.056	718	42.773	(17.269)	(4.993)	(22.261)	20.512	24.787	

Em 30 de setembro de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

A administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil – econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil – econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

9. Intangível

	Custo						Amortização						Residual
	Taxas médias anuais de amortização %			Saldos em			Taxas médias anuais de amortização %			Saldos em			
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	Adições	Transf.	30/09/2016	31/12/2015	
Contrato de concessão	359.846	5.253	-	-	365.099	(17.466)	-	(7.174)	-	(24.640)	340.459	342.380	
Intangível em andamento	43	56.559	(120)	-	56.482	-	-	-	-	-	56.482	43	
Softwares de terceiros	1.385	305	-	355	2.045	(555)	355	(286)	(154)	(995)	1.050	830	
	361.274	62.117	(120)	355	423.626	(18.021)	355	(7.460)	(154)	(25.635)	397.991	343.253	
	Custo						Amortização						Residual
	Taxas médias anuais de amortização %			Saldos em			Taxas médias anuais de amortização %			Saldos em			
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	Adições	30/09/2017	31/12/2016			
Contrato de concessão	368.184	5.141	-	373.325	(26.274)	(10.701)	-	-	(36.975)	336.350	341.910		
Intangível em andamento	85.659	66.241	(219)	151.681	-	-	-	-	-	151.681	85.659		
Softwares de terceiros	2.046	457	-	2.503	(1.096)	(345)	-	(1.441)	(1.441)	1.062	950		
	455.889	71.839	(219)	527.509	(27.370)	(11.046)			(38.416)	489.093	428.519		

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de setembro de 2017 é de 3,84% (2,63% em 30 de setembro de 2016).

(**) Os principais valores concentram-se nas obras de duplicação de segmentos e interseções, reparos localizados e micro revestimentos, desocupações de faixas de domínio, desapropriações, contorno de icoinhas, restauração do pavimento e sistemas de drenagem

No período findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados R\$ 8.436 de encargos financeiros (R\$0 em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização para o semestre findo em 30 de setembro de 2017 foi de 35,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0% a.a. para o semestre findo em 30 de setembro de 2016.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/09/2017	30/09/2017
Prejuízo fiscal	8.886	-	(2.310)	6.576	(2.310)
Provisão para férias e encargos diretores	203	23	(21)	205	2
Juros capitalizados Lei 11.637	(1.151)	(2.869)	-	(4.020)	(2.869)
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	135	136	(11)	260	125
Provisão para manutenção	4.032	3.195	-	7.227	3.195
Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo (i)	12.105	485	(2.342)	10.248	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					(1.857)

(i) em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$ 10.248 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/09/2017	31/12/2016
2017	5.042	5.250
2018	2.750	5.048
2019	686	602
2020	686	602
A partir de 2021	1.084	603
	10.248	12.105

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

b) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/09/2017	30/09/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.122	20.179
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(7.181)	(6.861)
Despesas indedutíveis	(5)	(18)
Gratificações diretores	(59)	-
Outros	16	(121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.229)	(7.000)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.372)	(5.960)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.857)	(1.040)
Taxa efetiva	34,2%	34,7%

11. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	30/09/2017	31/12/2016
Finem	Julho de 2017	UMSELIC + 4,87% a.a.	-	55.402
Finem	Dezembro de 2028	TJLP + 3,84% a.a.	179.911	185.271
Finem	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	67.586	66.020
Finame	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	25.014	-
Financiamento – Banco Volkswagen	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	224	278
			272.735	306.971
Circulante			13.576	65.170
Não circulante			259.159	241.801

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	30/09/2017	31/12/2016
2018	3.546	12.605
2019	15.191	13.904
2020	16.516	15.099
2021	18.167	16.605
Posteriores a 2021	205.739	183.588
	259.159	241.801

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo inicial	306.971	315.740
Adições	25.463	253.037
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	25.579	15.726
Pagamento principal	(65.273)	(256.679)
Juros pagos	(20.005)	(20.543)
Saldo final	<u>272.735</u>	<u>307.281</u>

Os contratos não requerem a manutenção de nenhum índice financeiro.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	(10.520)	150 parcelas
B1	66.237	66.237	-	150 parcelas
B2	52.483	20.425	-	150 parcelas
B3	117.799	5.038	-	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>280.173</u>	<u>(10.520)</u>	

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
C	50.878	50.878	(50.878)	única
Total	<u>50.878</u>	<u>50.878</u>	<u>(50.878)</u>	

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2017</u>
Principal corrigido	25.000
Custos com emissão de debêntures (*)	490
	<u>25.490</u>
Não circulante	25.490

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>
Saldo inicial	-
Adições	24.758
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	732
Saldo final	<u>25.490</u>

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último vencendo-se na mesma data da amortização do principal em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2018	25.000	490	25.490
	25.000	490	25.490

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Eco101	1º Emissão	29/06/2017	25.000	(133)	24.867	CDI + 1,80% a.a.	10,17%

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Intangível	Circulante	Custo	Despesas		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	4.939	3.731		1.531	
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	653	121	-		-	
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	3.072	463	-		-	
Unimar Transportes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	424	4.223		-	
Vix Logística S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	464	4.530		-	
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda (e)	Outras partes relacionadas	-	156	-		-	
Engenharia e Constr. Araribóia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	4.481	446	-		-	
Contek Engenharia S.A. (g)	Outras partes relacionadas	6.377	643	-		-	
A. Madeira Ind.Com. Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	7.087	635	-		-	
Total em 30 de junho de 2017		21.670	8.291	12.484		1.531	
Total em 31 de dezembro de 2016		23.862	3.195				
Total em 30 de setembro de 2016				12.114		1.408	

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.770, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de serviços já realizados de R\$4.939, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$55.382. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2017. Em 30 de setembro de 2017 há um saldo a pagar no total de R\$584 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (c) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de setembro de 2017, já haviam incorridos R\$20.477. Em 30 de junho de 2017, há um saldo em aberto a pagar de R\$424 com vencimento em até 45 dias.
- (d) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de setembro de 2017, já haviam incorridos R\$22.176, e há um saldo a pagar de R\$464 com vencimento em até 45 dias.
- (e) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016, sendo que já foram incorridos. Em 30 de setembro o saldo a pagar é de R\$156.
- (f) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 26% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$49.364 participação da Araribóia). O saldo em aberto em 30 de setembro de 2017 de R\$446 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (g) A Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da Contek. O saldo em aberto em 30 de setembro de 2017 R\$643 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A A. Madeira Ind e Com. Ltda, participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços é 29 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da A. Madeira. O saldo em aberto em 30 de setembro de 2017 R\$635 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No período findo em 30 de setembro de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2017 em R\$1.360.

A remuneração paga aos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	727
Previdência privada	25
Plano de opção com base em ações	37
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	31
Assistência médica	29
Seguro de vida	2
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	138
Total	<u>989</u>

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,52% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2015	Adição	Efeito financeiro	30/09/2016
Constituição da provisão para manutenção	9.198	7.504	-	16.702
Efeito do valor presente sobre a constituição	(5.318)	(4.395)	-	(9.713)
Ajuste a valor presente das realizações	235		869	1.104
	4.115	3.109	869	8.093

Circulante	-			-
Não circulante	4.115			8.093

	31/12/2016	Adição	Efeito financeiro	30/09/2017
Constituição da provisão para manutenção	19.204	12.473	-	31.677
Efeito do valor presente sobre a constituição	(8.734)	(4.314)	-	(13.048)
Ajuste a valor presente das realizações	1.393	-	1.235	2.628
	11.863	8.159	1.235	21.257

Circulante	-			-
Não circulante	11.863			21.257

15. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributários

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	81	-	81
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	240	27	267
(-) Pagamentos	(40)	(30)	(70)
(+) Atualização monetária	100	3	103
Saldos em 30 de setembro 2016	381	-	381
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	382	13	395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	227	92	319
(+) Atualização monetária	46	8	54
(-) Pagamentos	-	(4)	(4)
Saldos em 30 de setembro de 2017	655	109	764

a) *Processos cíveis*

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$77.302 em 30 de setembro de 2017 (R\$44.056 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

b) *Processos trabalhistas*

Em 30 de setembro de 2017, existem ainda processos de natureza trabalhista que totalizam R\$6.096 (R\$11.384 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

c) *Processos tributários*

Em 30 de setembro de 2017, existem ainda processos de natureza tributária que totalizam R\$186 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis ou prováveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

16. Obrigações com Poder Concedente

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização ANTT	<u>518</u>	<u>496</u>

A Companhia assumiu compromisso decorrente da concessão referente a Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 18º. de Maio, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo no início do período	<u>496</u>	453
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	<u>4.568</u>	4.279
Pagamento	<u>(4.546)</u>	(4.236)
Saldo no fim do período	<u>518</u>	<u>496</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2017, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	<u>Previsão de 2017 ao fim da concessão</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	1.667.816	1.698.843
Conservação especial (manutenção)	556.239	546.496
Equipamentos	339.216	334.482
	<u>2.563.271</u>	<u>2.579.821</u>

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2017 é de R\$203.000 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$160.000, representado por 203.000.100 e 160.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 10 de julho de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 03 de março de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Notas Explicativas

Em 10 de abril de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil reais) mediante a emissão, nesta data, de 13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 203.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados até 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não há constituição de Reserva Legal.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 30 de setembro de 2017 não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

18. Receita líquida

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	22.870	20.790	66.296	61.583
Pedágio por equipamento eletrônico	25.846	22.390	70.472	63.494
Vale-pedágio	2.817	2.929	8.411	8.071
Outras	-	-	2	2
	51.533	46.109	145.181	133.150
Receita de construção	22.857	30.456	62.607	59.351
Receitas acessórias	1.166	881	2.683	2.563
Receita bruta	75.556	77.446	210.471	195.064
Deduções da receita bruta	(4.442)	(3.947)	(12.557)	(11.439)
Receita líquida	71.114	73.499	197.914	183.625

- Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.
- Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

Notas Explicativas

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Base de cálculo dos impostos				
Receitas com arrecadação de pedágio	51.533	46.109	145.181	133.150
Receitas acessórias	1.166	881	2.683	2.563
	52.699	46.990	147.864	135.713
Deduções				
COFINS (3%)	(1.581)	(1.410)	(4.436)	(4.071)
PIS (0,65%)	(343)	(305)	(961)	(882)
ISS (2% a 5%)	(2.518)	(2.232)	(7.160)	(6.486)
	(4.442)	(3.947)	(12.557)	(11.439)

19. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal	5.982	6.079	17.783	18.418
Conservação e manutenção	3.218	3.845	10.020	11.658
Serviços de terceiros (a)	9.725	9.214	28.810	26.719
Seguros	609	657	1.853	1.724
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	1.555	1.487	4.568	4.279
Provisão para manutenção	2.719	1.037	8.159	3.110
Custos com construção	22.857	30.456	62.607	59.351
Depreciações e amortizações	5.641	4.291	16.039	12.423
Locação de imóveis e máquinas	906	843	2.434	2.515
Outros custos e despesas operacionais	2.237	1.817	6.368	5.820
	55.449	59.726	158.641	146.017
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	53.242	57.438	152.706	139.772
Despesas gerais e administrativas	2.207	2.288	5.935	6.245
	55.449	59.726	158.641	146.017

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas Explicativas

20. Resultado financeiro

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	806	1.333	1.876	4.987
Variação cambial/monetária sobre empréstimos	-	1.317	-	14.783
Atual. Monetária de créditos fiscais	18	23	39	78
Juros capitalizados	2.922	-	8.436	-
Outros	-	-	1	-
	3.746	2.673	10.352	19.848
Juros sobre financiamento e empréstimos	(6.758)	(8.559)	(20.030)	(21.379)
Variação cambial/monetária sobre financiamentos e empréstimos	(905)	(2.083)	(5.549)	(9.130)
Juros sobre debêntures	(681)	-	(681)	-
Amortização de custos com debêntures	(44)	-	(51)	-
Ajuste a valor presente ICPC-01	(412)	(290)	(1.235)	(869)
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(89)	-	(89)	-
Outras	(300)	(254)	(867)	(5.899)
	(9.189)	(11.186)	(28.502)	(37.277)
Resultado financeiro	(5.443)	(8.513)	(18.150)	(17.429)

21. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/09/2017	30/09/2016
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	13.893	13.179
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	179.583	150.000
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,08	0,09

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	298.743	307.467
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(30.756)	(23.036)
Dívida Líquida	267.987	284.431
Patrimônio Líquido (ii)	210.807	153.877
Índice de endividamento líquido	1,27	1,85

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulante (Nota Explicativa nºs 11, 12 e 16).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2017 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	3.581	3.581
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	Empréstimos e recebíveis	27.175	27.175
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	10.161	10.161
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	8.193	8.193
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	272.735	272.735
Debêntures	Outros passivos financeiros	25.490	25.490
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	518	518
Phantom Stock Option (iv)	Outros passivos financeiros	71	71

(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

Notas Explicativas

- (ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$8.505 (R\$8.878 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo

Notas Explicativas

dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % (a.a.)	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	CDI + 1,8% a.a.	3.114	25.613	-	-
BNDES	TJLP + 3,84%	37.951	38.916	38.916	340.105
Leasing	21,27%	122	122	31	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do UMSELIC e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	870	652	435
Debêntures (b)	Alta do CDI	(2.842)	(3.258)	(3.670)
BNDES (c)	Alta do TJLP	(25.385)	(31.731)	(38.078)
Total de juros a incorrer		(27.357)	(34.337)	(41.313)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (b)	7,00%	8,75%	10,50%
CDI (a)	7,00%	5,25%	3,50%
TJLP (c)	7,00%	8,75%	10,50%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Serra - ES

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3